**EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INTERAÇÃO COMO SUPORTE PEDAGÓGICO**

3

**Joelma G. de Oliveira Araújo[[1]](#footnote-1)**

**RESUMO**

O referido artigo propõe uma discussão sobre a interação social, como troca de experiência entre os pares, para auxiliar o aprendizado de alunos com deficiência, dentro da educação especial. E para que este estudo se efetivasse foi proposto discutir o que é educação inclusiva, bem como destacar a interação como ferramenta para atingir a aprendizagem do aluno com deficiência. O estudo também tem como problemática proposta se a interação, a troca de experiência, facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência? E para responder estes questionamentos foi proposto mencionar algumas discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente a estes aspectos. A metodologia se baseou na investigação por meio de pesquisas bibliográficas de leis, artigos, e pesquisa na internet. Este artigo foi fundamentado em autores como Vygotsky (1994), BEYER (2005), ÁRIEIS (1981), TUDGE (1996), TACCA (2006), ROGOFF e WERTSCH (1984) e VALSINER (1987), BRASIL, (2008), MANTOAN (2005), ÁRIEIS (1981) entre outros. O texto está composto por apenas um capítulo, que trás uma breve discussão sobre a educação especial tempo na interação social um suporte para atingir a aprendizagem do aluno com deficiência. Entendemos que embora a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais necessite de adequações metodológicas, depreendemos que a interação não favorecem somente estes alunos especiais, mas acabam por beneficiar a aprendizagem de todos os alunos. É por meio dessas interações, que cada criança transforma a maneira de se emocionar, de perceber, de memorizar, de imaginar. O modo como ela atribui significado à situação (momento de alegria ou de medo, por exemplo) é percebido nela e de forma singular de cada uma.

**Palavras-chave: Interação;** Interação,Educação especial; Aprendizagem.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo discutir o que é educação inclusiva, bem como destacar a interação como ferramenta para atingir na aprendizagem do aluno com deficiência.

4

Para dar conta do objetivo acima proposto, faz-se necessário destacar que a pratica da educação inclusiva é extremamente importante para que a educação especial aconteça de fato, pois ela determina que todos os cidadãos brasileiros tenham as mesmas possibilidades e, principalmente, os mesmos direitos de acesso ao sistema de ensino, seja ele especial ou não.

A importância de se debater este tema se sustenta no fato de que a tão falada inclusão não é uma realidade em todas as escolas do país, visto que a educação inclusiva parte da intenção de que todos são iguais, de que todos tenham as mesmas possibilidades e, principalmente, os mesmos direitos de acesso ao ensino e à aprendizagem. Essa igualdade de direitos está garantida na Constituição da República Federativa do Brasil, que a assegura e dispõe quem tem o dever de promovê-la.

A metodologia utilizada para desenvolver este artigo, foi por meio de pesquisas bibliográficas, de artigos anteriormente escritos sobre o assunto, pesquisa na internet, e documentos oficiais que tratam da inclusão no Brasil. Este artigo foi fundamentado em autores como Vygotsky (1994), BEYER (2005), ÁRIEIS (1981), TUDGE (1996), TACCA (2006), ROGOFF e WERTSCH (1984) e VALSINER (1987), BRASIL, (2008), MANTOAN (2005), ÁRIEIS (1981) entre outros.

O texto está composto por apenas um capítulo, que trás uma breve discussão sobre a educação especial através da inclusão, assim foi possível observar que esta é uma ação nova na sociedade, com grandes desafios a serem superados e preconceitos a serem rompidos em busca de uma educação que tenha e interação como suporte essencial seja na educação especial ou no ensino regular.

A problemática proposta se a interação, a troca de experiência, facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência?

1. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INTERAÇÃO COMO SUPORTE PARA ATINGIR A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIENCIA**

5

A inclusão social e escolar é fruto de construções sócio-históricas resultantes do movimento gestado na e pela sociedade, no entanto, atualmente, a forma como a educação é considerada, no que diz respeito à adoção de políticas que garantam a inclusão de todos na escola regular, é fato recente e tem passo por mudanças, que podemos dizer que são positivas. A esse respeito, os estudos de RIBEIRO (1979), CECIM (1997).

BEYER (2005), ÁRIEIS (1981) demonstram que historicamente que no passado, a escola atendia a uma população bastante reduzida, destinando-se mais especificamente às famílias de maior poder aquisitivo, os ricos mesmo, sendo que os investimentos de verbas públicas em educação, sempre foram poucos; o número de escolas e a não atendiam a toda a população em idade escolar. E se fosso pobre e com deficiência então, era deixado de lado mesmo.

5

Desse modo, a escola se restringia àqueles que tinham condições financeiras, cognitivas, sociais, culturais, afetivas, entre outras, de ingressarem nela e ali permanecerem, porque atendiam seus pré-requisitos ou pressupostos.

A exclusão foi a regra no decorrer dos tempos e não a exceção, tanto por parte das famílias, quanto pelas instituições de ensino, pois as pessoas com deficiência eram tidas como seres subumanos, sendo afastados de qualquer convívio social. A deficiência era tida como maldição, ou “marca do demônio”. As famílias tinham vergonha de seus filhos e as instituições de ensino não tinham preparação para lidar com eles.

No entretanto, a própria evolução histórica criou mecanismos de ruptura e fez surgir novos paradigmas que vêm responder às demandas e necessidades atuais de uma sociedade. Aproximadamente duas décadas, surgiu um movimento mundial em luta pela inclusão das pessoas com deficiência, visto que esses sujeitos não poderiam ser mais relegados e deixados à margem da sociedade, especificamente no que diz respeito ao direito à educação de qualidade, de preferência no contexto regular de ensino.

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, firmada em Jomtien, naTailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com o que fora combinado na Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994.

Apesar de vários percalços no decorrer dos tempos muita coisa avançou, assim propomos dar um salto cronológico, onde encontraremos uma escola que trás a interação social como aspectos relevantes para o desenvolvimento educacional, tanto para os alunos ditos “normais”, quanto para aquele que apresenta algum tipo de deficiência. Assim este artigo propõe estudar a interação como ferramenta pedagógica para auxiliar no desenvolvimento cognitivo de criança com deficiência.

Ferreiro e Palácio (1987) define interação como a influência mútua de órgãos ou organismos inter-relacionados; ação mútua ou compartilhada entre dois ou mais corpos ou indivíduos. É a comunicação entre pessoas que convivem; é o diálogo, o trato, e o contato. É Influência recíproca entre uma coisa e outra, entre uma pessoa e outra: a interação da teoria e da prática.

6

As aprendizagens acontecem nas interações que a criança estabelece como seus pares. Seja esta interação dentro ou fora do contexto escolar. É por meio dessas interações, que cada criança transforma a maneira de se emocionar, de perceber, de memorizar, de imaginar. O modo como ela atribui significado à situação (momento de alegria ou de medo, por exemplo) é percebido nela e de forma singular de cada uma.

VYGOTSKY (1994) considera que existe uma inter-relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, sendo que a aprendizagem inicia antes do ingresso da criança no universo escolar. Segundo ele, para compreendermos essa inter-relação, é necessário considerar um nível de desenvolvimento real e uma área (ou zona) de desenvolvimento proximal. O desenvolvimento da criança seria constituído, assim, pelo contínuo movimento de competências desenvolvidas e em processos de desenvolvimento, num contínuo processo dialético entre as condições de amadurecimento e interação do organismo humano e as relações psicológicas social e culturalmente estabelecidas pela criança.

VYGOTSKY (1994) salienta ainda que a aprendizagem, por si só, não é desenvolvimento, mas, se ela for organizada corretamente, poderá conduzir ao mesmo, pois ela coloca em ação vários processos de desenvolvimento, aos quais não poderiam ocorrer e se desenvolver sozinhos. Assim, conceito Zona de Desenvolvimento Proximal rompe com a ideia tradicional no âmbito da educação de que o ensino deve se direcionar exclusivamente para aquelas competências já consolidadas no repertório cognitivo da criança.

O amplo trabalho de pesquisadores da teoria histórico-cultural, como ROGOFF e WERTSCH (1984) e VALSINER (1987), sobre os efeitos da interação entre alunos, suplementa as investigações iniciais de Vygotsky. Para eles, os alunos devem trabalhar em um contexto social interativo, buscando alcançar objetivos comuns. Estas pesquisas influenciaram TUDGE a indicar:

7

7

Em vez de aceitar de maneira casual os benefícios cognitivos de associar uma criança a um parceiro mais competente, deveríamos prestar mais atenção ao próprio processo de interação (TUDGE, 1996, p. 165).

VYGOTSKY (1997) vê no ambiente escolar a possibilidade de, por meio de situações interativas, o aluno com necessidades educacionais especiais se apropriarem dos conteúdos sistematizados. Vale salientar que na abordagem histórico-cultural, a interação não diz respeito apenas ao convívio com os outros sujeitos; para a teoria defendida por L. S. Vygotsky e seus colaboradores, a interação social é uma necessidade ontológica, abrangente do ser.

Segundo os pressupostos da teoria histórico-cultural, as situações de interação social, as trocas que o sujeito estabelece com outros sujeitos, propiciam e determinam o desenvolvimento de formas mais complexas de pensamento.

Segundo TUDGE (1996), quando a interação ocorre em um contexto apropriado, extrapola o campo da socialização e se concretiza na apropriação da cultura elaborada. Quanto à estrutura da interação escolar, é necessária que a atividade de aprendizagem em comum permita a todos os alunos a possibilidade de conhecer e experimentar a ação desencadeada pela atividade em todas as suas etapas.

Neste momento vem a tona outra discussão relevante no meio da educação brasileira, que é denominada de Educação Inclusiva. Ela está atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, provocando assim a tão importante interação, já abordada neste texto

WALLON (1979) complementa que o processo de socialização da pessoa não se dá apenas no seu contato com o outro nas diversas etapas do desenvolvimento e da vida, mas também no contato com a produção do outro. O encontro com o texto, com a pintura ou com a música produzida pelo outro, propicia a identificação como homem genérico e, ao mesmo tempo, a diferenciação como homem concreto, o que contribui ao processo de individuação e constituição do eu. É por isso que, segundo Wallon, a cultura geral aproxima os homens, à medida que permite a identificação de uns com outros, enquanto a cultura específica e o conhecimento técnico afastam-nos, ao individualizá-los e diferenciá-los.

Não é possível pensar o processo de aprendizagem fora de uma relação entre pessoas, cujo eixo não seja o processo dialógico. Entende-se que a participação ativa em sala não está na sequência das ações empreendidas, mas na possibilidade de as pessoas que compartilham esse espaço expressarem seus pensamentos e ouvirem a comunicação do outro, tendo em vista uma construção conjunta de conhecimento. (TACCA: 2006, p.49),

8

Ao pensarmos em investigar como acontece o aprendizado dos alunos com de deficiência tendo a interação como suporte pedagógico, também propomos discutir um pouco sobre a Educação especial.

Neste contexto a Educação Especial constitui-se de uma modalidade de ensino que faz da Educação que estabelece diretrizes educacionais voltadas para pessoas com deficiências, nas escolas regulares e também nas escolas de ensino especializado. Ela é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, mas também é um ramo da educação que trata especificamente do ensino especial.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no (art. 59), [Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/ldbe-lei-n-9-394-de-20-de-dezembro-de-1996#art-59) determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais.

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV. Educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgão oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A LDB, (1996) diz também que:

‘Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

A educação especial deve direcionar suas ações para o atendimento educacional especializado, com conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

As escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, amparadas pelo parecer nº 07/2014 – CEE (*Conselho Estadual de Educação)* visam atender às especificidades dos estudantes com surdez, cegueira, baixa visão (diversos tipos e graus), deficiência física (diversos tipos e graus), deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação dando condições de efetivas aprendizagens, considerando tempo, ritmo e desenvolvimento desses estudantes. A Constituição Federal estabelece que,

9

[...] o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de dois direcionamentos principais: o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação, sempre que possível, junto às demais pessoas, nas escolas «regulares».

Diferente de outros países, no Brasil já existe uma Politica Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). O movimento inclui outros tipos de alunos, além dos que apresentam deficiências. E acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais para constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

O documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), lançado em abril de 2008, apresenta orientações para a implementação de ações e formas de organização escolar que possibilitem às escolas atenderem a todos os alunos conjuntamente, segundo os preceitos da educação inclusiva. Na sua parte introdutória consta a ideia segundo a qual é. [...] direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando [...]. (BRASIL, 2008, p. 5).

É importante ressaltar que o ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

Ao falarmos em inclusão podemos notar a diversidade de significados e diferentes aspectos que a cerca, tornando-a uma palavra utilizada por todos, sendo tratados no senso-comum sem saber o seu significado, as vezes aceitar a criança na sala é confundido com incluir. Porém se não lhe é dado o direito de realizar atividades que estão adaptadas a necessidade daquela criança, apenas ela está lá, sem nada pra fazer. Definitivamente isso não é incluir.

10

10

Para FERREIRA (2010, p. 93) “[...] incluir é o mesmo que compreender, que por sua vez, quer dizer entender, alcançar com a inteligência.” Talvez os que escamoteiam o direito ‘a inclusão, compreensão aos deficientes, não estejam alcançando com a inteligência a real importância da inclusão, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”.

De acordo com MANTOAN (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. È para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro. (MANTOAN, 2005, p. 96).

A Constituição Federal de 1988 é o documento oficial do Brasil exigi o respeito ao diferente. Segundo a Carta Magna, promulgada em 05 de outubro de 1988, com intuito de garantir o direito à cultura, e a inclusão, a Constituição diz no art. 215 o seguinte:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso ás fontes da cultura nacional, e apoiará incentivará a valorização. &1:° O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos outros grupos participantes do processo civilizado nacional. &2°: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Outro objetivo dessa lei geral é “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

O processo de inclusão na educação, no lazer, no transporte, quando isso acontece, pode falar em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos (SASSAKI, 1997, p. 42).

Ao ser inserido numa escola regular e em contato diariamente com os alunos “normais”, a criança com deficiência deixa de ser “segregada” ou apenas matriculada em um local que não pensa estratégias voltadas para atender sua necessidade, assim sua acolhida pode contribuir muito para a construção de uma visão inclusiva.

O Brasil obteve um avanço importante no processo de educação inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal garante todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas. (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02)

Para que o processo de inclusão realmente aconteça é importante que haja a integração sócio afetiva e que a escola reestruture seu Currículo, respeitando e se adequando às características de cada aluno, dando-lhes oportunidades e visando um processo inclusivo em busca de objetivos comuns, afinal a escola não é homogênea.

O estar juntos, pessoas com diferentes singularidades, inclusive com deficiência, facilita a quebra de barreiras atitudinais, proporcionando oportunidade de ajuda, de trocas significativas, de constatações positivas diante do colega diferente e a construção de vínculos que se expressaram em valores importantes para todo o cidadão como o respeito e a solidariedade.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, - dispõe sobre o apoio às pessoasportadoras dedeficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional – estabelece que todas as escolas são obrigadas a aceitar e matricular os alunos com deficiência, e se houver recusa é crime.

Aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, a lei é clara:

[...] todas as crianças têm o mesmo direito à educação. Os gestores estaduais e municipais devem organizar sistemas de ensino que sejam voltados à diversidade, firmando e fiscalizando parcerias com instituições especializadas e administram os recursos que vêm do governo federal. Mas é somente um dos documentos que o gestor precisa conhecer. Do ponto de vista educacional, o maior conteúdo está na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.

Nesta perspectiva, para que uma sala de aula seja efetivamente inclusiva, os conteúdos escolares devem ser preparados respeitando os limites de aprendizagem de cada aluno, os conteúdos devem ser individualizados e não uma preparação em massa, onde o educando com alguma dificuldade recebe a mesma atividade do que aquele que não apresenta dificuldade alguma. Aos alunos cabem atribuir significados e construir conhecimentos e o professor assume a função de mediar esse processo.

11

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos.

12

Por fim, nota-se a importância do professor nesse processo, pois é através dele os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este artigo chega-se a conclusão de que a interação entre alunos deficientes com os não deficientes é um logo e demorado processo, em que as crianças aprendem como abordar e resolver problemas variados. É por meio desse processo que as crianças começam a desempenhar suas atividades sob orientação de outros e, posteriormente aprendem a desenvolvê-las independentemente.

Esse desenvolvimento se produz não apenas por meio das somas de experiências, mas, e, sobretudo, nas vivências das diferenças. A criança aprende imitando, concordando, fazendo oposição, estabelecendo analogias, imitando, internalizando símbolos e significados, tudo isso num ambiente social e historicamente localizado.

As interações sociais na perspectiva sócios-históricas permitem pensar um ser humano em constante construção e transformação que, mediante as interações sociais, conquista e confere novos significados e olhares para a vida em sociedade e os acordos grupais e quando se trata de alunos com deficiência isso toma uma proporção muito maior.

A escola tem o dever de proporcionar, intencionalmente, condições que favoreçam o desenvolvimento da criança, através da metodologia voltada para essa finalidade, oferecendo-lhe uma variedade de oportunidades procurando estabelecer relações interpessoais com o meio para que elas possam exercitar as funções que ao longo do seu desenvolvimento vão amadurecendo e favorecendo os seus processos de ensino e aprendizagem.

Nessa oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento, percebemos como os alunos, em contato com a cultura escolar e com pares mais experientes conseguem avançar em suas aprendizagens e no desenvolvimento de novas potencialidades.

Sabe-se que os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral. O que o torna especial, entretanto, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno. Ela se desenvolve em torno da igualdade de oportunidade.

Ela também deve está aberta a escola inclusiva para atendimento aos alunos com dificuldades cognitivas que impedem a escolarização destes na escola regular, com Atendimento Educacional Especializado no fortalecimento de aptidões e suprindo as lacunas que o aluno deficiente.

A Educação Inclusiva quando acontece dentro da escola regular tem inúmeras vantagens, pois o aluno com deficiência ao ter contato com os demais, o que possibilitaria troca de experiências, convivência com o diferente, maior aproximação dos alunos, auxílio aos alunos com dificuldades, aulas mais diversificadas e significativas, maior socialização, maior interação professor/aluno, família na escola, e relações sócio afetivas sem intensões competitivas, mas com espírito solidária, participativo, o que só trás aspectos positivos para de ambos E por fim destacamos a importância do professor neste processo educacional especial e inclusivo. Ele precisa estar voltado para acolher, compreender, apoiar, encorajar e, sobretudo, acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Temos que diferenciar a integração da inclusão, na qual na primeira, tudo depende do aluno e ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, o social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência.

Enfim a interação por meio da troca de experiência e a educação especial inclusiva são partes integrantes uma da outra, cabendo aos educadores o papel de atribui-las dentro do processo educacional, seja ele em instituições especiais ou em escolas regulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado 10/03/2019 às 22:46:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FERREIRO, Emilia; PALACIO, Margarita Gomes. Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas. Traduzido por: Luiza Maria Silveira. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Acessado 11/08/2018 às 12:46

RIBEIRO, M. L. S**. História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 2ª ed. São

Paulo: Cortez; Moraes, 1979.

ROGOFF, B.; WERTSCH, J. Children.s Learning in the .Zone of Proximal Development.. New Directions for Child Development, n. 23, San Francisco: Jossey-Bass, 1984.

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

TACCA, M. C. V. R. Estratégias pedagógicas. Conceituação e desdobramentos com o foco nas relações professor-aluno. In: TACCA, M. C. V. R. (org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

TUDGE, J. Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal e a colaboração entre pares: implicações para a prática em sala de aula.In: MOLL, L. C. Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WALLON, H. Psicologia e educação da criança. Lisboa: Vega, 1979

Lei nº 7.853 (Pessoas portadoras de deficiência)

[*www.andi.org.br/legislacao/lei-no-7853-pessoas-portadoras-de-deficiencia*](http://www.andi.org.br/legislacao/lei-no-7853-pessoas-portadoras-de-deficiencia). Acessada em 16/08/2018

<http://portal.mec.gov.br>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

14

1. ARAUJO. Joelma Gomes de Oliveira, Especialista em Literatura Infantil e lnfanto-Juvenil; Graduada em Pedagogia pela UNEMAT, Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Jauru-MT. E-mail- joelmagomesaraujo@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)